

As disputas de narrativas em torno das imagens do imperador Shaka kaSenzangakhona e dos zulus na África do Sul

The narrative disputes around the images of Emperor Shaka kaSenzangakhona and the Zulus in South Africa

Milca Salém dos Santos Silva

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
sailemmilca@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4568-5088>

Rubilson Velho Delcano

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
rubilson23@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6596-4909>

Resumo: Este trabalho se propõe a problematizar e descortinar os movimentos analítico-historigráficos que acompanham as disputas de narrativas em torno das diferentes imagens do mais conhecido imperador zulu, Shaka kaSenzangakhona. Sabe-se que os discursos sobre o Império Zulu e o legado de Shaka, inicialmente, emergiram dos relatos de viajantes e administradores coloniais, depois, utilizados por historiadores exógenos e brancos que, nas suas formulações centrais, interpretaram a figura de Shaka como um déspota irracional e sedento por sangue. No entanto, por outro lado, o texto problematiza, também,

as percepções contemporâneas sobre a figura de Shaka, recuperando a narrativa de como os historiadores e os movimentos sociais e intelectuais políticos da África do Sul passaram a se dedicar à “questão nativa”, desconstruindo e reconstruindo os relatos sobre a história do Império zulu.

Palavras-chave: Shaka kaSenzangakhona; império zulu; África do Sul.

Abstract: This work proposes to problematize and unveil the analytical-historiographical movements that accompany the narrative disputes around the different images of the best-known Zulu emperor, Shaka kaSenzangakhona. It is known that the discourses about the Zulu empire and Shaka’s legacy, initially, emerged from the accounts of travelers and colonial administrators, later, used by exogenous and white historians who, in their central formulations, interpreted the figure of Shaka as an irrational and bloodthirsty despot. However, on the other hand, the text also problematizes contemporary perceptions about the figure of Shaka, recovering the narrative of how historians and the social movements and political intellectuals in South Africa started to dedicate themselves to the “native question,” deconstructing and reconstructing the accounts of the history of the Zulu empire.

Keywords: Shaka kaSenzangakhona; Zulu Empire; South Africa.

INTRODUÇÃO

Alguns autores (entre os quais: KIERNAN, 1995; Keyan TOMASELLI, 2003), defendem que na era imperial (e mesmo depois dela) nenhum outro povo africano esteve na mira da imaginação e invenção ocidental com mais fetichização do que o zulu da África do Sul. Esse fascínio, no entanto, pela carga normativa do seu discurso de poder e o pretense conhecimento da alteridade africana, era uma mistura de admiração e repulsa (KIERNAN, 1995). E desse sentimento binário, destaca-se a figura do imperador Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), mais conhecido por Shaka Zulu – tido na contemporaneidade como o ponto de “convergência” por trás da unidade do

povo zulu –, uma figura polêmica e altamente disputada no debate africano sobre a construção da nação e o lugar da memória histórica do antigo Império Zulu.

Imperador Shaka, cujo reinado durou de 1816 a 1828, era filho de Senzangakhona com a princesa Nandi, da família real Mhlongo, pertencente ao território chamado eLangeni – África do Sul, na atual geografia. Segundo o historiador Donald Bourness (1976), o seu nome, Shaka, originou-se de uma doença chamada “itshaka”. “Essa doença provocava uma dor intensa ao corpo da mulher, induzindo-o a fadiga muscular, cansaço e inchaço” (BOURNNESS, 1976, p. 34; tradução nossa)¹. Quer dizer que, quando sua mãe Nandi, que não era casada na época, ficou grávida, as pessoas pensaram que ela estava sofrendo de “itshaka”. Foi por conta dessa “confusão” que decidiram nomeá-lo “Shaka”, cujo sobrenome era, assim como referido, kaSenzangakhona².

Sua imagem oscila entre uma figura “heroica” e/ou “monstruosa”, fruto de diversas interpretações que variam de acordo com o período e contexto histórico-político da formulação. A historiografia acompanhou todo esse processo, refletindo diretamente as imagens inventadas e reinventadas de Shaka ao longo do tempo. Por isso, neste trabalho, propomos descortinar esse movimento analítico-historiográfico a respeito das imagens de Shaka que inicialmente, vale informar, emergiu dos relatos de viajantes e administradores coloniais, depois, utilizados por historiadores brancos, que, nas suas formulações centrais, interpretaram a figura de Shaka como um déspota irracional e um líder sedento por sangue. Por outro lado, problematizaremos também as formulações contemporâneas sobre a figura de Shaka, recuperando a narrativa de como os historiadores, movimentos sociais e intelectuais políticos da África do Sul passaram a se dedicar à “questão nativa”, desconstruindo e reconstruindo os relatos sobre a história zulu registrados pelos primeiros viajantes, administradores coloniais e missionários.

¹ Importa informar, desde logo, que todas as citações de trechos de obras que se encontram exclusivamente no idioma original estrangeiro foram traduzidas por nós, ou seja, são traduções livres.

² O prefixo “ka” em zulu é traduzido como “de” ou “pertence”. Nesse caso “kaSenzangakhona” é para destacar seu pertencimento paterno (vide John William COLENZO, 2012).

IMPÉRIO ZULU E SHAKA NA HISTORIOGRAFIA

Os primeiros registros escritos da história da região que atualmente conhecemos como África do Sul, conforme referido anteriormente, foram realizados por historiadores não profissionais. Homens sem formação em História, mas que atuaram como pesquisadores (autônomos ou não) entre o final do século XIX e início do século XX. Os trabalhos de George McCall Theal (1886), George Cory (1910) e Eric Walker (1928) representam esse primeiro movimento que enaltece o surgimento da sociedade colonial e que “tratavam as sociedades africanas como periféricas à história colonial”, tornando-se “responsáveis por fixar na historiografia representações muito particulares e específicas da sociedade africana” (Carolyn HAMILTON, 1998, p. 16).

Nesses estudos, as descrições do Reino Zulu, apesar de detalhadas, pouco se diferenciavam do que já havia sido dito até então sobre os africanos em geral. Destacam-se, via de regra, algumas especificidades de cada autor nas suas formas de registrar os acontecimentos históricos. No caso específico de Shaka Zulu, o que essas obras apresentaram em comum foi a descrição dele como “um sujeito agressivo e cruel”, e seu reinado visto como “um período de vasta destruição e devastação” (HAMILTON, 1998, p. 17; Paul MALULEKA, 2018; MAYLAM, 2001; Dan WYLIE, 2000).

Entretanto, ao contrário do que foi propagado durante muito tempo na historiografia da África Austral por meio do “mito da terra vazia”, a região que atualmente compreendemos como África do Sul não estava desabitada até a chegada dos europeus no século XVII. Os estudos mais recentes apontam que a região há muito tempo comportava vários grupos populacionais, como os *Khoi- Khoi* e *Sans*, desde o século V da era cristã, chamados pejorativamente pelos europeus de hotentotes e bosquímanos. Léonard Ngcongco e Jan Vansina (2010) demonstram que durante os períodos relativos à Idade Média do Ferro, de 1100 a 1600, e Idade do Ferro Recente, iniciada a partir de 1600, houve um processo de difusão da língua bantu na África meridional pertencendo aos povos que ocupavam as terras situadas a leste e a norte dos *khosisā* (Elikia M’BOKOLO, 2008; NGCONGCO; VANSINA, 2010).

Relatos de missionários e viajantes apontam a existência de um povo denominado “zulu” desde o século XVII. Antes de sua ascensão como um influente reino, os zulus eram um povo que se organizava em clãs. Cada clã

possuía um chefe hereditário e habitava pequenos territórios independentes. Com a disputa territorial crescente na região, intensificada com a chegada dos *bôeres*, muitos clãs acabaram se unificando em torno de um rei, assim como os zulus, que até 1816, eram chefiados por Senzangakhona kaJama (1762-1816) e subordinados aos *Mthethwa*. Somente a partir da ascensão de Shaka que o Reino Zulu se constitui enquanto força militar expressiva (constituindo uma das dimensões a serem aprofundadas mais a frente).

O estilo de vida dos zulus, na época, girava em torno da criação de gado. Adrian Greaves e Xolani Mkhize (2013) sublinham que a própria região da Zululândia contava com pastagens recém-regadas, permitindo, assim, aos Zulus aumentar sua criação de gado sem a necessidade de migrações para lugares distantes. A importância da criação de gado era atribuída a diferentes esferas da organização social dos povos dessa região da África Austral, conforme destacam os autores:

[...] o gado não era apenas uma fonte importante de alimento – embora raramente por sua carne, exceto para ocasiões especiais e sacrifícios. Seu leite [...] formava uma parte importante de sua dieta básica. O gado fornecia peles para escudos e vestimentas, as caudas eram um componente das vestimentas festivas, e os chifres eram usados como recipientes para medicamentos ou pólvora. O sacrifício ritual do gado aos ancestrais era um ingrediente comum de uma série de cerimônias, seja pré-batalha ou para garantir a harmonia com os mortos (GREAVES; MKHIZE, 2013, p. 40-41).

Ian Knight (1995) destaca que o gado também era uma parte crucial do contrato de casamento, por meio do *lobolo*, que consistia no oferecimento de uma quantidade significativa de cabeças de gado, por um homem, à família de sua noiva como uma compensação pela sua perda e garantia de seu bem-estar futuro. A posse de bois e vacas era uma manifestação de riqueza e status, portanto, quanto maior a quantidade de cabeças de gado, mais esposas um homem poderia ter e ser capaz de sustentá-las (KNIGHT, 1995; GREAVES; MKHIZE, 2013).

Os zulus se organizavam em forma de vilarejos denominados *Umuzi* em isiZulu. Cada umuzi era composto por um homem casado e sua família. A organização de um umuzi era circular e refletia as relações hierárquicas do grupo. Em frente à cabana do *umnunzana* (chefe da família), ficava a cabana

de sua esposa principal. A habitação das demais esposas era organizada de acordo com o status que cada uma ocupava na vida do marido. Em seguida, havia as cabanas dos dependentes, divididos entre filhas solteiras, filhos solteiros e criados da família (KNIGHT, 1995; John LABAND, 2009).

Sobre a vida de Shaka, Laband (2017) frisa que não existem informações verdadeiramente precisas. Tudo que se sabe atualmente é fruto dos registros de relatos de missionários, viajantes e administradores coloniais brancos, ou por meio de *izibongos* (poesia em forma de louvor que entona elogios em homenagem a uma pessoa) transmitidos entre gerações zulus, ou até mesmo de testemunhos orais coletados no final do século XIX e início do século XX. O autor aponta que todas essas fontes nos dão apenas uma noção de como Shaka foi percebido por meio da memória dessas pessoas. Assim, é necessário sempre levar em consideração a incerteza das evidências quando se trata de Shaka (LABAND, 2017).

A maioria dos pesquisadores costuma datar o seu nascimento no ano de 1787. Shaka foi fruto da relação entre sua mãe Nandi e seu pai Senzangakhona KaJama, o *nkosi* (chefe) dos zulus. Segundo Laband (2017), a tradição oral conta que teve dezoito filhos frutos da relação com quinze esposas. Porém, conforme referido, Shaka era considerado um filho ilegítimo, visto que seu pai não havia se casado com Nandi. Apesar de ter nascido nas terras de seu avô materno, Mbhengi kaMhlongo, nkosi dos *eLangeni*, Shaka viveu com Senzangakhona até 1802, quando ouviu rumores de que seu pai iria matá-lo por demonstrar sinais de que seria um adolescente problemático que se tornaria uma possível ameaça (LABAND, 2017).

A partir de então, Shaka passou a viver com os *Mthethwa*, que ocupavam um território entre os rios Mfolozi e Tugela. Foi durante esse período que Shaka começou a construir sua carreira militar, recebendo o reconhecimento do nkosi dos *Mthethwa*, Dingiswayo, com quem teve a chance de aprimorar suas táticas de guerra, lutando durante muito tempo em seu exército. Laband (2017) destaca que é necessário reconhecer que havia uma cultura guerreira naquela sociedade antes mesmo do nascimento de Shaka e “deixar de lado a lenda de um Éden pré-Shaka, em que todos viviam em um ambiente de paz, amor e harmonia” (LABAND, 2017, p. 25).

No fim do século XVIII e início do XIX, a África Austral de língua banto passou por um processo de emergência de novos Estados africanos por

meio de uma revolução social e política, conhecida na historiografia como Mfecane (esmagamento), surgida entre os Nguni, levando à formação de vários reinos, como o Zulu. Sobre essa questão, Ngcongco (2010, p. 106) aponta que:

Esta revolução, denominada Mfecane (esmagamento) na língua nguni, também é conhecida sob o nome de Difaqane (golpe de martelo) em sotho-tswana. Durante o Mfecane, vários Estados antigos foram vencidos, conquistados e anexados a outros. Alguns Estados foram arrancados de seus territórios tradicionais e forçados a se implantar alhures. [...] Entretanto, essa mesma revolução assistiu ao avanço de vastos reinos centralizados em diversas partes da África Austral.

Na luta por essa supremacia regional, os principais inimigos dos *Mthethwa*, eram os *Ndwanwe*, liderados pelo poderoso nkosi Zwide kaLanga. Como estratégia, Dingiswayo designou chefias menores que estavam em seu comando para a função de proteção militar. Uma dessas chefias seria a zulu, liderada por Senzangakhona, pai de Shaka, que havia sido designada para proteger as fronteiras do noroeste. Desde o início, havia um interesse do rei dos *Mthethwa* em substituir Senzangakhona por Shaka, levando em consideração que a linha real zulu, em teoria, era patriarcal. Contudo, conforme afirma Laband (2017), Shaka não era o herdeiro sucessor do trono, não por ser um filho ilegítimo, haja vista que antes de sua morte Senzangakhona chegou a casar-se com Nandi, mas porque a transição de poder entre os zulus impõe que o filho mais velho da esposa mais importante do nkosi é que deve herdar o trono. Neste caso, seria Sigujana, filho de Bhibhi, esposa favorita de Senzangakhona.

Senzangakhona morreu em 1816 e embora existam diferentes versões para sua morte, a tradição oral conta que foi acometido por uma doença que progrediu rapidamente, levando a seu falecimento no seu *umuzi* kwaNobamba. Existem duas versões nos relatos para a ascensão de Shaka como rei dos Zulus. A primeira versão conta que após a morte do inkosi, o povo zulu implorou para que Shaka fosse seu nkosi. Já na segunda versão, mais popular, conta que a pedido de Shaka, seu meio-irmão Ngwadi matou Sigujana. Em decorrência disso, houve algumas negociações conduzidas por sua tia,

Mkabayi kaJama, que resultaram no reconhecimento de Shaka como rei dos zulus no mesmo ano (LABAND, 2017).

O retrato da Figura 1, feito pelo comerciante britânico James King, em 1825, é considerado um dos primeiros registros conhecidos da imagem de Shaka levados ao ocidente. Greaves e Mkhize (2013) apontam que logo quando assumiu a chefia dos zulus, Shaka teve que enfrentar o exército de Zwide com os Ndwandwe, que já haviam capturado Dingiswayo³. Os primeiros ataques dos Ndwandwe aos zulus, em 1818, devastaram o seu território, e foi a partir de então que o rei iniciou o processo de reorganização das práticas militares zulus. Shaka teve a oportunidade de viver entre diversos povos, como os eLangeni, Qwabe e Mthethwa, e isso acabou fazendo com que ele acumulasse o conhecimento prático sobre os pontos fortes e fracos desses povos, sendo essa uma importante ferramenta para elaboração de suas estratégias militares (GREAVES; MKHIZE, 2013).

Figura 1 – *Desenho de “Shaka, o rei dos Zulus” feito por James King em 1825*



Fonte: Louis-John Havemann, 2008.

#PraTodoMundoVer: Figura em preto e branco representando o imperador Shaka de forma imponente, com vestimentas típicas zulus, portando escudo e lança (azagaia).

³ Após a morte de Dingiswayo, Shaka herda o Império mthethwa e o incorpora ao Reino Zulu (NGCON-GCO, 2010).

Shaka implementou o *amabutho* (*ibutho*, no singular), consistindo num sistema de organização que dividia os regimentos militares por faixa etária. Ao invés de passarem pela prática de circuncisão, os jovens de mesma idade eram incorporados ao mesmo regimento e alojados em quartéis militares, onde sempre havia um grupo em constante treinamento, supervisionados por alguém nomeado pelo rei (LABAND, 2017). Além dos deveres militares, também desempenhavam outras funções, como: cuidadores do rebanho, mensageiros do rei, soldados domésticos e eram responsáveis pela produção agrícola para a casa real. Os homens pertencentes ao *amabutho* deveriam prestar serviços ao rei sempre que necessário num período de quinze a vinte anos, sendo que ao final desse período poderiam se casar e exercer outras atividades.

Havia, também, *amabuthos* femininos, onde mulheres jovens eram reunidas e ficavam sob tutela do rei. Eram orientadas para participarem de danças e rituais cerimoniais e, quando o rei permitisse, poderiam se casar com os membros do *amabutho* masculino. O sistema de *amabutho* já era praticado por outros povos anteriormente, mas a partir de Shaka foi modificado e regulamentado, passando a obedecer a um único comando, visto que antes poderiam ser subordinados a vários chefes locais. O *amabutho* era, portanto, “um meio extremamente eficaz tanto de centralizar o poder, quanto de inculcar um senso de comunidade nacional, em vez de local” (KNIGHT, 1995, p. 33; Sean HANRETTA, 1998).

Assentamentos militares denominados *amakhandas* foram incorporados por Shaka no Reino Zulu. Estes forneciam moradia aos soldados e funcionavam como centros da autoridade real. Eram construídos ao redor do reino, em áreas estratégicas de vulnerabilidade política, considerados propriedades pessoais do rei, que transitava entre os diferentes assentamentos e, durante sua ausência, eram administrados por mulheres de sua confiança (MERWÉ; PIKIRAYI, 2019). A estratégia visava um enfraquecimento no poder dos chefes locais, centralizando cada vez mais a autoridade real (KNIGHT, 1995).

Segundo esses autores, nesse período, viu-se uma vasta expansão do Reino Zulu, por meio da conquista e da anexação de outros povos. Os zulus devem isso à implementação de novas táticas militares pelo rei Shaka que, além da organização sistemática do seu *amabutho*, incorporou outras estratégias como a proibição do uso de sandálias aos homens que faziam parte do exército, para que endurecessem os pés e fossem capazes de percorrer longas

distâncias com maior agilidade. Esses homens também deveriam seguir uma dieta rigorosa composta por carne bovina e mingau de cereais para um melhor desempenho em batalha (KNIGHT, 1995).

Criou também umas das estratégias de guerra mais conhecidas do exército zulu, a formação em “chifres de búfalo”, utilizada inicialmente pelos zulus na caça, e depois adaptada para a batalha. O ataque consistia na divisão das forças zulus, em que cada uma representava uma parte do búfalo: o tórax (isifuba), formado pelos melhores guerreiros zulus, enfrentavam o inimigo de frente; o chifre esquerdo e o direito (izimpomdo), formado por guerreiros jovens e rápidos que ficavam escondidos da visão do inimigo e o cercavam pelas laterais; e o lombo (umuva), normalmente composto por guerreiros mais velhos e experientes que eram mantidos como reservas caso houvesse necessidade (KNIGHT, 1995; LABAND, 2017; Jacob IVEY, 2020).

Shaka realizou, também, modificações significativas no armamento utilizado pelos regimentos zulus. Conforme destaca Ngcongco (2010, p. 120-121):

[...] Os longos dardos foram substituídos por uma azagaia curta de lâmina larga, muito mais eficaz no combate corpo a corpo desde que o inimigo tivesse perdido seus próprios dardos. Os combatentes zulus se protegiam, a partir de então, com altos escudos e não portavam mais sandálias, a fim de ganharem velocidade e mobilidade. [...] Os homens eram sujeitados ao celibato até que fossem liberados de suas obrigações militares. Vivendo na caserna, os regimentos de Shaka eram bem treinados, eficazes e sempre prontos para entrar em ação.

A lança de lâmina curta, conhecida como azagaia ou *ilkwa*, além de ser transportada com maior facilidade, tinha um efeito devastador no inimigo, sendo projetada para suportar a intensidade de golpes repetidos (IVEY, 2020). Muitos desses mecanismos implementados por Shaka ao Reino Zulu, importa reiterar, já eram praticados por outros povos, sua perspicácia consistiu em realizar combinações entre estas estratégias, visto que já conhecia como funcionavam separadamente, modificando e refinando a atuação militar zulu.

Após o assassinato de Shaka em 1828, segundo Elikia M'Bokolo (2011), seu meio-irmão Dingane kaSenzangakhona (1795-1840) assumiu o trono e permaneceu até sua morte em 1840. Durante seu reinado, estabele-

leceu relações com os colonizadores ingleses por meio do acordo de 1835, o qual previa o “repatriamento dos zulus refugiados no Natal, cujo número e cujas atividades de agitação podiam ameaçar o trono de Dingane; este, em troca, aceitava acolher os colonos e missionários, cujos postos, dirigidos por ingleses e americanos se multiplicaram em 1836 e 1838” (M'BOKOLO, 2011, p. 304-305). Foi durante o período que Dingane estava à frente do Reino Zulu que houve o enfrentamento entre bôeres e zulus. Esse confronto foi marcado por dois episódios: no primeiro, os zulus saíram vitoriosos com a morte de um dos líderes bôeres do Grande Treck, já no segundo foram derrotados pelos bôeres em um episódio conhecido como *Blood River* ou *Day of Covenant* (M'BOKOLO, 2011).

Dingane foi sucedido por Mpande kaSenzangakhona (1798-1872). Seu governo foi marcado por uma política que tinha como objetivo manter as relações “pacíficas” com a administração colonial britânica com a finalidade de fomentar o comércio. De acordo com Laband (2009), foi sucedido de forma segura e tranquila por seu filho Cetshwayo kaMpande (1826-1884), responsável pela expansão do exército zulu e reincorporação das estratégias de Shaka. Ao mesmo tempo, a colonização na região passou por uma nova fase, marcada pelo objetivo de colocar toda África do Sul no governo da administração britânica, anexando diversos Estados africanos sob forma de protetorado ou conquista. Para que isso ocorresse, acreditavam que deviam começar com o Reino Zulu, considerado um perigo para a paz da região, além de ocupar uma localização estratégica para a dominação dos outros Estados da África Austral (LABAND, 2009).

Cetshwayo recebeu um ultimato dos britânicos exigindo reparação das invasões da fronteira com o Transvaal, a aceitação de modificações nas instituições políticas e sociais do reino zulu, bem como a suspensão das restrições de casamento e dissolução do exército zulu num prazo de trinta dias. Contudo, ao invés de cumprirem o ultimato, reuniram um número significativo de guerreiros zulus para resistirem à dominação britânica, o que resultou na Guerra Anglo-Zulu, iniciada em 10 de janeiro de 1879, com a invasão do Reino Zulu pelos britânicos. Nesse conflito houve a batalha de Isandlwana, ocorrida em 22 de janeiro de 1879, na qual os zulus saíram vitoriosos. Essa derrota é considerada uma das mais vergonhosas do exército britânico. Apenas três horas após a batalha de Isandlwana ocorre a batalha de Rorke's

Drift, episódio no qual o exército britânico alcançou a vitória (para mais detalhes, ver HAMILTON, 1998; M'BOKOLO, 2011). Importa destacar que, segundo N. M. Bhebe (2010), o exército de Cetshwayo contava com uma quantidade superior de homens, porém, os britânicos dispunham de armas de fogo e homens em trincheiras, o que acabava tornando as armas dos zulus ineficazes (escudo, lança e fuzis que não dominavam ainda). Conforme aponta Bhebe (2010, p. 205),

O resultado foi que, em quase todas as batalhas, os zulus sofreram perdas enormes ao tentarem se aproximar dos seus inimigos. Só em Isandhlwana, em 22 de janeiro de 1879, os zulus atacaram uma coluna britânica em terreno aberto e a derrotaram. Os combates terminaram em 7 de julho de 1879 com a vitória de Chelmsford sobre os zulus em Ulundi. Cetshwayo foi perseguido, capturado em agosto e deportado para o Cabo para ser aprisionado.

Ao fim da Guerra Anglo-Zulu, Cetshwayo foi exilado inicialmente para a cidade do Cabo e posteriormente para Londres, retornando a Zulu-*lândia* apenas em 1883. A administração colonial britânica dividiu o Reino Zulu em treze territórios comandados por chefes independentes. Como consequência, houve a intensificação de conflitos civis entre os zulus, levando à reinstalação de Cetshwayo como rei em 1883, mas com poderes rigorosamente reduzidos, descentralizando o poder real zulu desde então.

Dessa forma, pode-se perceber que a constituição do Império Zulu não foi consequência do acaso, mas do conjunto de diferentes estratégias impulsionadas pela ambição de conquistar os demais reinos da região do Norte, iniciado por meio da organização militar de Shaka durante seu governo, perante esse período revolucionário marcado pelo Mfecane. A consequência foi a transformação de uma pequena chefia subordinada aos *mtshethwa* em um dos mais poderosos reinos da África Austral, o Reino Zulu, que permaneceu com sua forte influência até a prisão do rei Cetshwayo.

AS IMAGENS DE SHAKA

Após mencionada narrativa historiográfica de Shaka e do Reino Zulu, apresentaremos uma abordagem de como a imagem de Shaka foi sendo con-

cebida ao longo do tempo em diferentes processos. É importante destacar que, desde o início, sua imagem foi resultado da interação entre brancos e pretos, indo além de interpretações em que brancos o viam de forma negativa e pretos de forma positiva. Como veremos, Shaka foi uma figura emblemática, que despertou diferentes opiniões ao longo de diversos períodos.

Os relatos produzidos no século XIX sobre Shaka não o apresentaram de maneira uniforme. As primeiras menções sobre ele que alcançaram o ocidente foram provenientes de missionários e comerciantes que, até pouco antes da morte de Shaka, o descreveram de maneira positiva, como um “patrono benigno”. Depois, pelo que apontavam os relatórios coloniais, Shaka passou a ser visto como um “chefe autocrático de um grande reino”. Após a sua morte, esses mesmos relatos serão reapropriados em diferentes períodos da história e utilizados para finalidades específicas. Os mercadores europeus estabelecidos na região de Port Natal, segundo John Wright (2004), foram os primeiros a modificar as suas visões a respeito de Shaka para garantir o estabelecimento de uma colônia britânica na região. Entenderam que ao transmitir uma imagem negativa de Shaka, assim como do Mfecane, causariam preocupações na coroa britânica e, assim, investiriam na colônia, já que após a morte de Shaka, seu monopólio sobre o comércio de Natal estava chegando ao fim (HAMILTON, 1998; WRIGHT, 2004).

IMAGENS PRODUZIDAS DURANTE A VIDA DE SHAKA (1787-1828)

Os relatos provenientes de três viajantes e comerciantes são considerados fundamentais para compreender o processo de formação das imagens de Shaka nesse primeiro momento, sendo estes: Henry Francis Fynn, o tenente Francis Farewell e James King. O primeiro, Fynn, dizem que ao passar seis meses em uma expedição de exploração aos arredores da região que atualmente conhecemos como Maputo, ouviu falar sobre “uma nação muito poderosa” comandada pelo rei Shaka, e a partir de então, organiza uma visita à propriedade dos zulus e posteriormente vai ao encontro de Shaka. Fynn foi um dos primeiros europeus a fazer contato com Shaka, resultando, tempos depois, na publicação de seu diário de viagem. É importante destacar, conforme aponta

Hamilton (1998, p. 34), que esses relatos “foram escritos após o evento e foram amplamente influenciados por ações e atitudes subsequentes”.

Influenciado pelas possibilidades favoráveis de comercialização com o Reino Zulu, o tenente inglês Francis Farewell conseguiu financiamento de mercadores do Cabo para uma viagem exploratória a fim de identificar as perspectivas comerciais de Port Natal em 1823. Após diversas tentativas fracassadas, consegue desembarcar na região, acompanhado do comandante James King. Em seu primeiro relatório, descreve uma viagem de terra para encontrar Shaka e o apresenta como “um bom parceiro comercial, entusiasmado e bem disposto para com os britânicos”, considerando a ordem e os costumes zulus “surpreendentes e agradáveis” (HAMILTON, 1998, p. 35). A partir de então, os comerciantes passam a estabelecer relações comerciais diretamente com o rei Shaka, sendo o marfim o produto responsável pelo florescimento dos empreendimentos comerciais. Até o ano de 1826, a administração colonial teria ouvido apenas elogios a respeito de Shaka. Com a finalidade de atrair atenção de investidores para o empreendimento em Port Natal, King passou a publicar artigos no jornal *South African Commercial Advertiser* “descrevendo Shaka como amável, charmoso e agradável, severo em público, mas bem-humorado em privado, benevolente e hospitaleiro” (HAMILTON, 1998, p. 40). Mas, ao perceber que seu objetivo não estava sendo alcançado, o viajante adota a estratégia de difamar Shaka, o descrevendo como uma ameaça para os comerciantes europeus de Port Natal, devido a sua tirania e crueldade. Nesse momento, notam-se as primeiras mudanças nos relatos sobre a imagem do rei Shaka, divergindo não apenas de outros comerciantes, mas também dos relatos dados por King em outros momentos. Todavia, conforme atesta Hamilton (1998), até a morte de Shaka em 1828, essa tentativa de difamação não surtiu efeito perante a administração colonial, devido às relações diplomáticas que o próprio Shaka mantinha com a coroa por meio de seus embaixadores.

Figura 2 – *África do Sul, o Nascimento de Natal, encontro de Farewell e Fynn com Shaka Zulu por Richard Caton-Woodville*



Fonte: Sonia Halliday Photo Library⁴.

#PraTodoMundoVer: Na imagem há a representação do encontro entre Farewell e Fynn com Shaka Zulu. Os europeus estão usando trajes formais, chapéus e armas de fogo, enquanto Shaka aparece com vestimentas tradicionais zulus.

Por outro lado, apesar da relação aparentemente cordial entre outros comerciantes e Shaka, as crises de cultivo e escassez de mão de obra na região acabaram fazendo com que esses comerciantes obtivessem pouco sucesso no estabelecimento de uma estrutura viável para a prática de suas atividades, e, assim, juntaram-se a James King e passaram também a descrever Shaka como uma ameaça para que a Coroa pudesse investir na região do posto comercial (HAMILTON, 1998). Contudo, foi somente após a morte de Shaka, em 1828, que os comerciantes passaram a empregar uma retórica negativa sobre

⁴ Disponível em: <http://www.soniahalliday.com/category-view3.php?pri=SA17A-19-15JT.jpg>. Acesso em: 5 out. 2021.

o rei com maior intensidade. “Para se livrarem de acusações e justificarem ações acometidas por eles e que eram desaprovadas pela coroa britânica, os comerciantes alegaram que foram ameaçados e forçados por Shaka” (HAMILTON, 1998, p. 43). O resultado foi uma reputação de Shaka como severo e arbitrário, fomentada pela sua estratégia de “impor o terror como base de seu governo”. Por outro lado, seus apoiadores justificavam essas acusações como um “componente de um líder de tremendas habilidades, grande unificador e herói de batalha” (HAMILTON, 1998, p. 49).

Importa dizer que dentro da própria sociedade da época do Império Zulu havia divisões e diferenças de opiniões quanto à imagem do rei. Segundo os discursos baseados nas tradições orais de povos que habitavam a região, sua ascensão polêmica ao poder, a estratégia de afastar a família real da administração, adotar generais e conselheiros, além de não gerar herdeiros, foram alguns dos motivos que levaram a insatisfação dentro de uma parcela dos zulus, gerando rebeliões e seu assassinato tempos depois (WRIGHT, 2004). Também contam algumas narrativas de que haviam intensas disputas e discordâncias provocadas pelas desigualdades e divisões profundas durante a administração de Shaka, já que durante a década de 1820 sua política de unificação ainda não havia sido consolidada, gerando rebeliões em chefias subordinadas ao seu governo.

IMAGENS DE SHAKA APÓS SUA MORTE

Conforme o referido acima, mesmo entre as populações negras que habitavam a região naquele período, não havia um consenso sobre as imagens de Shaka. Para os que viviam no Norte, por exemplo, levando em consideração as ações de Shaka diante da expansão europeia na África Austral, “Shaka passou a ser cada vez mais visto como uma grande figura fundadora e unificadora de povos, e seu reinado como uma espécie de idade de ouro com um governo forte e estável” (WRIGHT, 2004, p. 4). E para os povos que habitavam a região de Natal, provavelmente pertencentes a grupos atingidos por suas ações militares de expansão, Shaka era visto como destruidor de uma velha ordem em que viviam em estabilidade (WRIGHT, 2004).

Essas imagens sobre o rei Shaka mostram que ele sempre foi uma figura muito polêmica e que provocava leituras polissêmicas. Segundo Hamilton (1998), inspirou vários dos seus sucessores no trono zulu e suas estratégias serviram para moldar as políticas de Theopillus Shepstone (1817-1893), que procurou apresentar seu sistema de governo indireto como sendo enraizado nas práticas de governantes africanos como Shaka. Shepstone foi secretário de assuntos indígenas da coroa britânica entre 1845 a 1877. Durante sua administração tornou-se muito próximo do rei Mpande, sucessor de Dingane. Mpande foi monarca dos zulus de 1840 a 1872, e, após sua morte, foi sucedido pelo seu filho Cetshwayo, tendo Shepstone presente em sua cerimônia de coroação, reafirmando um compromisso de paz. Enquanto esteve como funcionário real, Shepstone procurou utilizar como base de sua administração uma articulação entre as concepções africanas de governo e a imagem de Shaka. Em seus documentos, coloca Shaka como um governante autocrático e intransigente, enfatizando seus sucessos militares e colocando o Reino Zulu como sinônimo de ordem, enquanto o resto representava o caos. O estadista encontrou no modelo de governo de Shaka uma alternativa para governar a população africana de Natal:

Shepstone procurou tornar todos os membros de uma chefia responsáveis por ações de indivíduos, incluindo o chefe, e vice-versa. Shepstone entendia que a punição de um inocente junto com o culpado são uma característica da administração barata. Da mesma forma, o sistema de trabalho público forçado, ou *isibhalo*, introduzido em Natal em 1848, era problemático em tempos de antiescavidão. Shepstone foi capaz de justificar todos esses aspectos de sua administração como características dos tempos de Shaka e, conforme ele, apropriado para o governo de ex-súditos de Shaka (HAMILTON, 1998, p. 94).

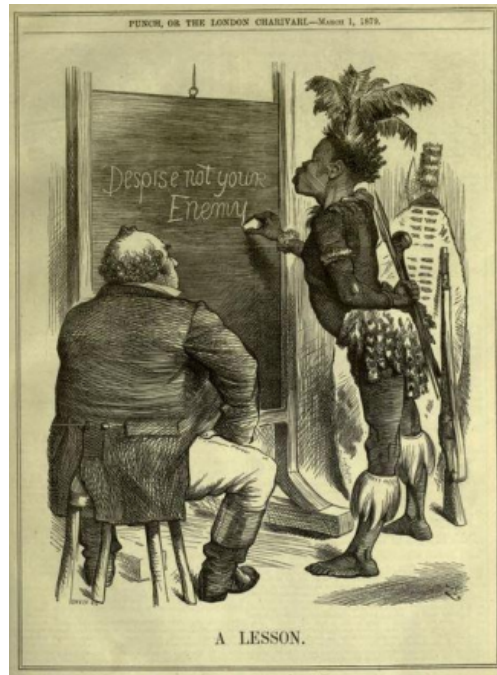
Apropriar-se dos princípios de Shaka foi uma estratégia desse funcionário da administração britânica para controlar o poder real dos zulus, assim como as autoridades britânicas queriam. Entretanto, após a anexação do Transvaal pelos britânicos, o Reino Zulu se tornou cada vez mais independente e militarizado, fazendo com que Shepstone fosse obrigado pelas autoridades britânicas a rejeitar as reivindicações do rei Cetshwayo. Esses e outros fatores, como o ultimato dado aos zulus (já abordados em outro momento),

levaram à Guerra Anglo-Zulu (1879). A partir de então, houve uma mudança no discurso colonial sobre a história dos zulus, bem como de Shaka. Para britânicos como Bartle Frere (1815-1884), funcionário da administração, havia “um curso violento da história dos zulus, iniciado por Shaka e sustentado por Cetshwayo, uma história escrita com derramamento de sangue” (*apud* HAMILTON, 1998, p. 98).

A imagem de Cetshwayo como um tirano, opressor e cruel, assim como Shaka, foi utilizada pelos britânicos para justificar o teor da violência na Guerra Anglo-Zulu. A raiz das ações do rei Cetshwayo estaria em Shaka, que de acordo com os discursos, seria responsável pela tirania nas instituições monárquicas zulus e um sistema militar sanguinário. A instauração dessa forte campanha ideológica não tinha apenas a finalidade de justificar a Guerra, mas também de enfraquecer o poder do Reino Zulu e desativar algumas de suas instituições após o fim do conflito e prisão do rei Cetshwayo (HAMILTON, 1998; WRIGHT, 2004).

Contudo, é importante destacar que foi a partir da Guerra Anglo-Zulu, mais especificamente da batalha de Isandlwana – em que os britânicos foram derrotados pelo exército de Cetshwayo – que a imagem dos zulus ganhou uma projeção maior. Apesar da predominante imagem negativa dos zulus propagadas a partir da campanha ideológica de autoridades coloniais, a publicação de uma charge na revista londrina *Punch* (Figura 3), revela que não havia um consenso.

Figura 3 – *Charge sobre Guerra Anglo-Zulu (1879)*



Fonte: John Tenniel, 1879..

#PraTodoMundoVer: A imagem acima está em preto e branco com um senhor sentado em uma cadeira usando calça, terno e botas, de frente para um guerreiro zulu que está de pé usando vestimentas tradicionais zulus enquanto escreve no quadro.

Na Figura 3, de autoria de John Tenniel, há uma ilustração de um guerreiro zulu escrevendo para um britânico em inglês “não despreze seu inimigo”. Fazendo referência à derrota britânica, demonstrando uma crítica à arrogância britânica predominante quando se tratava do colonialismo em suas possessões africanas, resultando em derrotas durante a Guerra Anglo-Zulu que abalaram as imagens já estabelecidas, fazendo com que a bravura dos zulus ganhasse respeito de alguns comentaristas e estivesse presente no imaginário ocidental. Em decorrência disso, os zulus passaram a ter “uma imagem oficial de inimigo nobre e digno” (HAMILTON, 1998, p. 101).

Voltando às imagens de Shaka, no final do século XIX, a história de Shaka (e dos zulus) passou a estar presente nas narrativas de jornalistas e

escritores ficcionais, ganhando destaque nas obras do romancista Rider Haggard, especialmente com a publicação das obras *Cetywayo and His White Neighbours*, em 1882, e *Nada the Lily*, em 1892. Nessa última obra, por sua vez, Haggard, inspirado no período que viveu na África do Sul (1875 a 1882), traz um enredo ficcional sobre a origem e história de Umslopogaas e seu amor pela mais bela das mulheres zulu. Umslopogaas seria um filho de Shaka (inventado pelo escritor) nunca reconhecido, pois o rei não queria herdeiros. Haggard leva para sua ficção símbolos e dispositivos narrativos oriundos da tradição oral zulu, como as profecias que marcaram a vida e morte de Shaka (WRIGHT, 2004; HAMILTON, 1998).

IMAGENS DE SHAKA NO SÉCULO XX

No início do século XX, escritores como J.C. MacGregor autor de *Basuto Traditions* (1905), D.F. Ellenberger, de *History of the Basuto* (1912), J. Ayliff e J. Whiteside, de *History of the Abambo* (1912) e A.T. Bryant, de *Olden Times in Zululand and Natal* (1929), propagaram a ideia de que “Shaka e seus exércitos estiveram na raiz da turbulência que se espalhou por toda parte entre sociedades africanas após 1820” (WRIGHT, 2004, p. 6), além de propagar estereótipos a seu respeito. Essa visão ganhou forte ressonância na África do Sul a partir de trabalhos acadêmicos e livros didáticos, controlados por editoras e escritores brancos. No ocidente, essas imagens ganham proporção com a publicação de *Shaka Zulu* de Ernst Ritter (1955) e *The Washing of the Spears* (1965) de Donald Morris.

John Wright (2004) ressalta que entre as décadas de 1920 e 1950 ocorreram poucas mudanças na imagem de Shaka na academia, visto que os pesquisadores da época estavam mais preocupados com questões raciais do que com um passado pré-colonial. A partir do trabalho de James Stuart (1868–1942), um linguista e cônsul britânico, fluente em zulu, que realizou um amplo trabalho de coleta de informações e entrevistas na região, é possível perceber que a imagem de Shaka variava entre seus informantes, mas havia um consenso, tanto de forma positiva ou negativa, quanto à visão de que havia sido um grande conquistador e governante poderoso.

É importante destacar que nesse período, com o início do movimento nacionalista zulu na década de 1920, essas imagens estereotipadas de Shaka passaram a ser questionadas entre escritores negros e seus simpatizantes, dando lugar à imagem de uma grande figura fundadora e heroica. Contudo, somente a partir das décadas de 1930 e 1940, que as ambiguidades a respeito da imagem de Shaka começaram a ir em direção a uma nova perspectiva vinda de intelectuais negros motivados pela imposição do regime de segregação racial na África do Sul. Esses escritores procuraram “lançar Shaka em uma luz positiva como parte de um panteão emergente de heróis africanos” (WRIGHT, 2004, p. 8). *UShaka* (1937) de Rolfes Dhlomo e *UZulu kaMalandela* (1924) de Petros Lamula são exemplos de obras que foram nessa perspectiva (ver Paul LA HAUSSE, 2000). Como sublinha Wright (2004), o problema dessas revisões das imagens de Shaka propostas por alguns desses intelectuais negros era justamente o fato de utilizarem como base para suas ideias o trabalho de escritores brancos da geração anterior, como Stuart e Bryant.

Já na segunda metade do século XX, houve um crescimento significativo do movimento que reivindicava um nacionalismo zulu liderado por Mangosutho Buthelezi e sua organização política, *Inkatha*, fundada após seu rompimento com o Congresso Nacional Africano. Desde então, o movimento passou a buscar no passado histórico formas de legitimar suas políticas no presente. Com isso, por meio de diversos pronunciamentos públicos, Buthelezi propôs uma versão da história zulu que dava ênfase excessiva à grandeza de seu reino e mitificava a figura de Shaka, colocando-o como um grande herói fundador, e em reconhecimento a esse passado histórico glorioso. O povo zulu deveria se unir para recuperar a influência que tinha anteriormente, reconhecendo-o como um sucessor político de Shaka.

Essas ideias do Buthelezi, vistas como tradicionalistas, não eram um consenso entre o povo do bantustão de Kwazulu, tendo mais impacto entre os que tinham uma visão mais conservadora e acreditavam que um retorno aos ideais de Shaka traria ordem e estabilidade para as tensões sociais crescentes durante os anos finais de crise do apartheid. Buthelezi, devido a suas articulações com empresários brancos e relação um tanto próxima do Partido Nacional, acabou ganhando apoio da mídia e despertando um interesse no

imaginário da população sobre a figura de Shaka (Gerhard MARÉ, 2000; WRIGHT, 2004).

Na década de 1960, surge um grupo de acadêmicos radicais que se envolveram amplamente pela primeira vez no estudo da imagem de Shaka. Publicações que buscaram ir além das interpretações conhecidas até então sobre a história dos zulus começam a ganhar corpo. Essa iniciativa foi marcada inicialmente pelo trabalho dos antropólogos sul-africanos Max Gluckman e Monica Wilson, bem como do historiador zambiano John Omer-Cooper. Esses estudiosos identificaram fenômenos no passado pré-colonial, como a ascensão dos estados e o crescimento do conflito interestadual, e tentaram dar conta desses acontecimentos, entendendo a formação do Império de Shaka como uma consequência dessas mudanças regionais. Nesse período foi publicada uma das obras consideradas mais lidas sobre o reino zulu: o *Zulu Aftermath: a XIX Century Revolution in Bantu Africa* de J.D. Omer-Cooper (1967). A obra trouxe uma nova interpretação que se baseava no argumento de que o Mfecane não era diferente das guerras travadas contra africanos pelos colonos europeus. Houve também a publicação de *African Societies of Southern Africa* (1968), editado por Leonard Thompson, e *The Oxford History of South Africa* (1969), editado por Monica Wilson e Thompson (HAMILTON, 1998; WRIGHT, 2006).

Já na década de 1970 houve o surgimento de uma escola liberal da historiografia sul-africana. Pesquisadores oriundos de universidades inglesas, como William Miller Macmillan (1885-1974) e Cornelis Willem de Kiewiet (1902-1986), iniciaram uma tentativa de reinterpretar a historiografia sul-africana de uma perspectiva liberal, mas conforme Paul Maluleka (2018, p. 33):

Embora parecessem apresentar imagens de Shaka e dos africanos em geral, eram inadequadas. Essa inadequação foi motivada por atitudes profundamente negativas que eles mantinham em relação à África e seu povo. Ao contrário dos autores tradicionais, eles [liberais brancos] “reconheciam” os africanos como um povo, mas ao mesmo tempo acreditavam que para os africanos serem considerados “civilizados”, eles precisavam da ajuda dos europeus (Richner, 2005; Wright, 2006). Eles estavam, consciente ou inconscientemente, propagando a mesma abordagem eurocêntrica, paternalista e condescendente da África que alegavam ser contra e desafiadores.

Nessa mesma década, segundo Hamilton (1998), os estudos passaram a se desenvolver em duas direções. A primeira perspectiva surgiu fortemente influenciada pelo movimento de Consciência Negra, trazendo referenciais de um modo de vida “altamente idealizado” na África Austral antes das colonizações por meio de noções como “propriedade comunal, chefia responsável, líderes heroicos [...]”. A segunda direção caminhou por um viés marxista, com preocupações materialistas. Esses estudos buscaram compreender a formação dos Estados, sobretudo do Estado Zulu, de forma a não centralizar a figura de Shaka, buscando “sugerir que as pressões demográficas, ecológicas ou comerciais, ou uma combinação entre as três, causaram mudanças maciças na região que deram origem aos estados.” Para esses historiadores, “o papel de Shaka na formação do reino Zulu foi significativamente minimizado em favor de outras causas” (HAMILTON, 1998, p. 18-19).

Vale frisar que foi nesse contexto que houve o lançamento das produções britânicas *Zulu* (1964) e *Zulu Dawn* (1979), apresentados no primeiro capítulo deste trabalho. Essas obras audiovisuais que retrataram as batalhas de Rorke’s Drift e Isandlwana, conflitos da Guerra Anglo-Zulu (1879), ganharam grande alcance de público, aproveitando-se de uma curiosidade recorrente no imaginário ocidental sobre o povo zulu, utilizando uma narrativa que reproduzia alguns estereótipos de um povo selvagem e sanguinário, mas também inimigos nobres, dignos de respeito.

A partir da década de 1980, a historiografia sobre o período de Shaka progrediu no sentido de promover um debate sobre a metodologia que guiava esses estudos, tentando ir além da discussão entre realidade ou mito, buscando entender o processo de invenção das imagens de Shaka. E foi nesse período que nasce, em 1986, a série sul-africana *Shaka Zulu*, narrando o contexto da fundação do Reino Zulu e o reinado do rei Shaka. Produção essa, objeto da nossa pesquisa, que dividiu opiniões e será analisada abaixo.

Daphna Golan (1994) periodizou a historiografia sobre o Império Zulu em quatro fases distintas: a primeira marcada por imagens colonialistas, a segunda fase seria marcada pelas imagens produzidas por africanos em forma escrita, a historiografia anticolonialista da década de 1960 e os estudos de libertação. Além disso, levou em consideração as tradições orais, e apresentou uma crítica à historiografia produzida até então sobre Shaka, segundo ele, baseada em “invenções”, carecendo de uma investigação mais aprofundada

sobre suas origens (*apud* HAMILTON, 1998, p. 20). Nesse período também houve a contribuição de uma nova geração de historiadores revisionistas como David Hedges, Jeff Guy, John Wright, John Laband, Ian Knight e Carolyn Hamilton etc., que passaram a ir além das abordagens anteriores sobre Shaka. Estabelecendo uma crítica tanto a abordagens estereotipadas, quanto a perspectivas que tendem a romantizar as ações de Shaka no Reino Zulu, levando em consideração que essas ações foram resultantes de seu contexto político marcado por disputas de poder e expansão territorial na África Austral.

Na década de 1990, período em que a África do Sul passou por um processo de transição do apartheid para um regime democrático consolidado em 1994, a imagem de Shaka propagada pelo nacionalismo zulu do Inkatha acabou perdendo força, dando lugar a uma interpretação de Shaka como um grande democrata e conciliador, uma imagem que estava em consonância com o momento político em que o país vivia. Após o fim do apartheid, houve um processo de mercantilização da história e cultura zulu voltados para o turismo, explorando todo imaginário a respeito do povo zulu e do rei Shaka. Houve até mesmo a construção do resort e parque temático chamado *ShakaLand* nos cenários em que a série audiovisual *Shaka Zulu* (1986) foi realizada. Também criou-se o resort e aquário turístico *uShaka Marine World* em 2004, explorando cada vez o mercado de turistas, em sua maioria brancos, a partir da apropriação da imagem de Shaka para fins comerciais (WRIGHT, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar ao longo do exposto, as mudanças na imagem de Shaka e dos zulus em geral se relacionam intrinsecamente com os contextos políticos em que elas foram produzidas. As histórias e as imagens projetadas sobre Shaka ao longo do tempo, como vimos, geraram (e ainda geram) grandes debates na construção de Estado-Nação sul-africano. Essas tentativas de formulações e reformulações da vida do mais importante Nkosi dos zulus veem enfrentando, sobretudo na contemporaneidade, várias disputas de discursos-narrativos e imagéticos que refletem as disputas políticas por poder e controle social que, por sua vez, variam de acordo com os interesses e o contexto histórico-político da vida social sul-africana.

Por um lado, devemos reconhecer os esforços nos trabalhos de intelectuais com a finalidade de desconstruir estereótipos sobre a imagem de Shaka que durante muito tempo foi visto apenas na perspectiva negativa de um “tirano, selvagem e sanguinário”. E por outro lado, importa dizer, a imagem de Shaka também ultrapassa a interpretação que mitifica e muitas vezes romantiza seu legado como um ícone do poder político, assim como no nacionalismo zulu de Buthelezi.

Milca Salem dos Santos Silva é professora, nordestina, mãe, mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisa temas relacionados à história contemporânea da África, com ênfase em África Austral, cinema e colonialismo.

Rubilson Velho Delcano é doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (EPM-UFABC); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Graduado em Ciências Humanas (Humanidades) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Coordenador da equipe multidisciplinar para o atendimento aos imigrantes e refugiados junto a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda (SEMAS) da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar (Maranhão); Pesquisa sobre as políticas públicas, economia política, desenvolvimento endógeno, trajetórias e inserção da África na economia política global, divisão internacional do trabalho, reforma/transição agrária, direitos humanos com ênfase em direitos e fluxos migratórios, estratégias de integração migratória.

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHEBE, N. M. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul 1850-1880. In: *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. 2ª ed, Brasília, UNESCO, 2010.
- BOURNESS, Donald. *Shaka, king of the Zulus in African literature*. Nova York: Three Continental Press, 1976.
- COLENSO, John William. *Zulu-English Dictionary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- CORY, George. *The Rise of South Africa*. Londres: Longmans, 1910.
- GOLAN, Daphna. *Inventing Shaka: Using History in the Construction of Zulu Nationalism*. Boulder: Lynne Rienner, 1994.
- GREAVES, Adrian; MKHIZE, Xolani. *The Zulus at War: the history, rise, and fall of the tribe that washed its spears*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2013.
- GRIFFIN, Carl. "Shaka Zulu". *Wave*, Cape Town, v. 61, n. 43, p. 1-4, 1986.
- HAMILTON, Carolyn. *Terrific Majesty: The Powers of Shaka Zulu and the Limits of Historical Invention*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1998.
- HANRETTA, Sean. Women, Marginality and the Zulu State: Women's Institutions and Power in the Early Nineteenth Century. *The Journal of African History*, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 389-415, 1998.
- HAVEMANN, Louis-John. History of Kwazulu-Natal – KZN History. KZN Happenings, Mpumalanga, 1 abr. 2008. Disponível em: <http://www.kznnorthhappenings.co.za/historykzn.htm>. Acesso em: 5 out. 2021.
- IVEY, Jacob. Born out of Shaka's spear: The Zulu Iklwa and Perceptions of Military Revolution in the Nineteenth Century. In: CONSORTIUM ON THE REVOLUTIONARY ERA, 1750-1850, 50., 2020, Tallahassee. *Anais [...]*. Tallahassee: Florida State University, 2020. p. 1-8.
- KIERNAN, V. *The Lords of Humankind: European Attitudes to Other Cultures in the Imperial Age*. London: Weidenfeld and Nicholson, 1995.
- KNIGHT, Ian. *Zulu 1816-1906*. London: Reed International Books Ltd, 1995.
- LA HAUSSE, Paul. *Restless Identities: Signatures of Nationalism, Zulu Ethnicity and History in the Lives of Petros Lamula (c.1881-1948) and Lymon Maling (1889-c.1936)*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 2000.
- LABAND, John. Historical dictionary of the Zulu wars. Toronto: Scarecrow Press, 2009.
- LABAND, John. *The Eight Zulu Kings*. Joanesburgo: Jonathan Ball Publishers, 2017.

MILCA SALÉM DOS SANTOS SILVA As disputas de narrativas em torno das imagens do imperador Shaka kaSenzangakhona e dos zulus na África do Sul

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações: até o século XIX*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2008. t. I.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações: do século XIX aos nossos dias*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. t. II.

MCCALL THEAL, George. *A Fragment of Basuto History, 1854 to 1871*. Cape Town. 1886. ISBN 978-1-103-37604-9.

MALULEKA, PAUL. *The construction, interpretation and presentation of King Shaka: a case study of four in-service history educators in four gauteng school*. Joanesburgo, dissertação, University of the Witwatersrand, 2018.

MARÉ, Gerhard. "Versions of resistance history in South Africa: the ANC strand in Inkatha in the 1970s and 1980s". *Review of African Political Economy*, Abingdon, v. 27, n. 83, p. 63-79, 2000.

MERWE, Renier; PIKIRAYI, Innocent. *Identifying zulu military (amaḵhanda) settlements in the archaeological record*. Pretoria: The South African Archaeological Bulletin 74(210):91-100, 2019.

NGCONGCO, Léonard. "O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos". In: AJAYI, Ade (Ed.). *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília (DF): Unesco, 2a edição, 2010 [1989]. p. 105-145.

NGCONGCO, Léonard; VANSINA, Jan. "A África meridional: os povos e as formações sociais". In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília (DF): Unesco, 2a edição, 2010 [1984]. p. 655-676.

TENNIEL, John. "Punch, or the London charivar!". *Punch*, Londres, v. 76, p. 91, 1879.

TOMASELLI, Keyan. "Shaka Zulu, Visual História and Television". *Southern África Humanities*, Pietermaritzburg, v. 15, p. 91-107, 2003.

WALKER, Eric. *History of South Africa*. Londres: Longmans, 1928.

WRIGHT, John. *Reconstituting Shaka Zulu for the 21st Century: Part One*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal, 2004.

WRIGHT, John. *Beyond the "Zulu Aftermath": Rescrambling southern Africa's mfecane migrations*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal, 2006.

WYLIE, Dan. *Savage Delight: White Myths of Shaka*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2000.